

## **País precisa manter responsabilidade fiscal diz presidente do BC**

### **O Estado de S. Paulo**

O presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto, analisou o cenário econômico. Campos ressaltou que a variante Delta é uma preocupação neste momento em que grande parte dos países já recuperou níveis econômicos próximos ou até mesmo superiores ao estágio pré-covid-19. “O Brasil teve uma recuperação em V e retomou o patamar anterior à pandemia”, ele resumiu.

O presidente do BC observou que, assim que a pandemia for definitivamente superada, o foco será lidar com o passivo decorrente dela. Campos enfatizou que é essencial o País manter a responsabilidade fiscal ao tratar de temas complexos, como Reforma Tributária, programas sociais e pagamento de precatórios. “São fatores que geram incertezas no mercado.” Demonstrar controle sobre as contas é essencial para que o Brasil atraia investimentos no período de recuperação da pandemia. “Não temos como sair da crise só com recursos públicos, mas a atração de investimentos é um processo que está relacionado à credibilidade do País no aspecto fiscal.”

O tema do momento, quando se fala em equilíbrio fiscal, é como resolver o impasse em torno do pagamento dos precatórios pelo governo federal – dívidas que já passaram pela última instância da Justiça e devem ser quitadas. O valor previsto para 2022 em precatórios é de R\$ 89 bilhões, 64% mais do que os R\$ 54 bilhões de 2021. Incluir esse valor no orçamento deixaria o governo com margem extremamente reduzida para

investimentos em infraestrutura e em programas sociais – a exemplo do Auxílio Brasil.

O governo apresentou ao Congresso Nacional uma PEC prevendo o parcelamento dos precatórios, numa escala em que os de menor valor são pagos imediatamente e os de maior valor, parcelados em até dez anos. A proposta inclui a criação de um fundo para antecipação desses parcelamentos, a ser irrigado por venda de imóveis da União, recebimento de dividendos de estatais e concessão e partilha de petróleo, entre outras fontes. As dívidas quitadas dessa forma não seriam consideradas no cálculo do teto de gastos.

A perspectiva de que os precatórios não sejam pagos imediatamente está criando preocupações no mercado. “É um calote. Pode até parecer um calote mais elegante, mas é um calote”, afirmou Henrique Meirelles, ex-presidente do Banco Central, ex-ministro da Fazenda e atual secretário de Estado de Fazenda e Planejamento de São Paulo. Ele lembrou que uma das vantagens do teto de gastos é justamente forçar o governo a definir prioridades. “O que é obrigatório, tem que pagar. Só depois disso são definidas as prioridades dentro do orçamento disponível”, afirmou Meirelles.

A pressão inflacionária – o índice brasileiro chegou a 8,99% nos últimos 12 meses. Trata-se de um fenômeno global, em grande parte resultante do gargalo da produção durante a pandemia, mas que tem algumas agravantes no País.

Campos reafirmou o compromisso do Banco Central de cumprir as metas inflacionárias e assegurou que a instituição vai agir com o máximo de transparência para que o mercado entenda a lógica das tomadas de decisão. “A melhor forma de lidar com as dificuldades é explicitar quais são essas dificuldades e o que estamos fazendo em relação a cada uma delas”, descreveu. O presidente do BC acrescentou que a instituição tem instrumentos para trazer a inflação aos patamares esperados. “Faremos tudo o que for necessário para isso.”

Um fator que ganhou impulso durante a pandemia, destacou o presidente do BC, é a chamada “inflação verde” – custos decorrentes da busca por maior sustentabilidade por empresas e governos. Ele citou a demanda por minérios, a exemplo de cobre e alumínio, utilizados na infraestrutura de fontes renováveis de energia, como a eólica e a solar.

Outro ponto debatido durante a premiação do Finanças Mais foi a influência das tensões políticas e institucionais na avaliação dos riscos de investir no Brasil. Carlos Prates, country manager da Moody’s, comentou a nota mais recente para o País dada pela agência de classificação de crédito de títulos, situando o Brasil dois níveis abaixo do que seria grau de investimento e um nível acima dos principais concorrentes.

Prates avaliou que a nota retrata o temor crescente dos investidores em relação ao equilíbrio fiscal do País – e que ainda não leva em conta a influência das turbulências políticas, como as ameaças feitas pelo presidente Jair Bolsonaro de cancelamento das eleições no ano que vem. “A visão, hoje, é de que essas ameaças se encaixam num período pré-

eleitoral, com o propósito de engajar a base política. Não conseguimos enxergar um risco concreto de ruptura institucional. Acreditamos nas instituições brasileiras. O Judiciário é forte, e parte dos ruídos que estão acontecendo é pela força do Judiciário”, avaliou o representante da Moody’s no País.

Prates enfatizou que a hipotética consolidação dessas ameaças causaria abalos devastadores no nível de confiança no Brasil. “Seria uma ruptura tão grande que torna qualquer coisa possível. Nesse cenário, a própria avaliação de risco deixaria de fazer sentido.” Por mais que a interpretação seja a de que o presidente “joga para a torcida”, contudo, é inegável que esse comportamento causa tensões desnecessárias. “Está faltando tranquilidade ao País. Por isso, minha perspectiva é de que 2022 será um ano mais difícil que 2021, mesmo que as preocupações com a pandemia diminuam”, projetou Ilan Goldfajn, presidente do Conselho do Credit Suisse Brasil e ex-presidente do Banco Central.

Núcleo de Inteligência - Sedet

**Edição 225 - Em 15 de setembro de 2021**

Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do Governo do Estado do Ceará.